

**ALGUÉM CONTROLA A NOVA ESFERA DE CONVERSAÇÃO?
Impressões iniciais sobre os usos do celular na escola**

Lívia da Silva Neiva Martin¹ – livianeiva@gmail.com
Mirza Seabra Toschi² – mirzas@brturbo.com.br

Introdução

Este artigo é um relato da fase exploratória do projeto de pesquisa de mestrado cujo objetivo é a investigação sobre os usos que diretores, professores e estudantes fazem de seus aparelhos celulares quando estão dentro das escolas estaduais e municipais, às quais se encontram vinculados. Há um avanço expressivo, de posse e de uso, das tecnologias móveis como celulares, notebooks e modems 3G nos lares brasileiros. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizou em 2005 e em 2008 um levantamento sobre o acesso à internet e posse de telefone móvel celular e constatou que neste período, enquanto a população de 10 anos ou mais de idade cresceu 5,4%, a posse de telefone móvel teve aumento de 54,9%. Em 2008, a região Centro-Oeste, foi a que apresentou maior percentual, com 64,3% de pessoas de 10 anos ou mais de idade com posse de celular. Em 2011, pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, Cgi.br, indica que 82% da população brasileira com 10 anos ou mais é usuária de telefones celulares e 76% possuem o próprio aparelho (Cgi.br, 2012, p.158).

A velocidade com que a telefonia móvel tem se popularizado vem afetando, entre outros aspectos, o modo como estamos nos relacionando, comunicando uns com os outros; o modo como estamos acessando, armazenando, editando e compartilhando informações em texto, vídeo, áudio e imagem. Cada vez mais a experiência comunicacional das pessoas e os usos que elas fazem de seus celulares, uma mídia que converge os avanços das tecnologias dos microcomputadores, das telecomunicações e do audiovisual, e, que está na palma das mãos, entra em tensão com a comunicação que é esperada que aconteça nos intermuros da escola. Embora tenha uma má reputação dentro destas instituições e seu uso seja proibido, ele está lá. Na bolsa, na mochila, na calça de estudantes, de professores, e da equipe gestora. E quais seriam as razões que estas pessoas apresentam para justificar os usos de seus aparelhos celular na escola? Em quais situações e contexto estes usos acontecem? Estes usos provocam reações nas relações de interação e comunicação entre os principais sujeitos da escola? Quais são os efeitos que se apresentam sobre isto no cotidiano da escola? São algumas das questões propostas para investigação.

¹ Bolsista Capes DS; Mestranda em Educação, Linguagem e Tecnologias, UEG- Anápolis (GO)

² Professor(a) do curso de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, UEG(GO)

Revisão de Literatura

André Lemos (2009) considera que estamos vivenciando uma nova esfera conversacional pós-massiva que ainda está em choque com o sistema clássico da informação para as massas. A difusão da informação unidirecional das mídias, caracterizada pelo fluxo "um para todos" da informação, e constituído por sujeitos de emissão controlados pelos grandes conglomerados de empresas de comunicação, tem função massiva. Já a comunicação pessoalizada e possibilitada pelas novas mídias, com seu sistema aberto de fluxo da informação "todos para todos", e com agentes de emissão livre, tem função pós-massiva. Para ele, as mídias de massa trabalham com informação e só oferecem uma possibilidade de ação: consumir e constatar sob o ponto de vista das indústrias mundiais de comunicação e entretenimento. Já as novas mídias possibilitam o diálogo e a conversação direta. Seria a configuração de um novo formato de consumo, produção e circulação de informação, cujo sistema é aberto, livre, independente e seu fluxo de informação é de controle dos próprios agentes comunicadores, sem intermediários. E esta seria a nova esfera conversacional pós-massiva.

Pensando sobre isto no contexto da escola, podemos dizer, por ora, que esta nova esfera conversacional livre e direta entre os alunos, é o que mais tem incomodado a gestão das sete escolas que entrevistamos durante a fase exploratória da pesquisa sobre os usos do celular na escola. Em entrevista com cinco diretoras de escolas municipais e duas de escolas estaduais, as primeiras impressões que ficaram foi que a questão dos usos dos celulares parece estar fortemente vinculada à questão do controle sobre o que se passa dentro da escola. Nestas entrevistas iniciais, as diretoras se mostraram incomodadas pelo não controle dos estudantes conversando diretamente entre eles, sem intermediários, configurando uma prática de registro e de compartilhamento em foto, micro texto e vídeo, de todo tipo de sentimento humano. A troca direta entre os próprios alunos, com vazão a todo tipo de expressão, e destaque para os casos de sexualidade, brigas e drogas, inicialmente foi o realce na fala destas diretoras.

Este acesso livre, informal e descentrado com o outro, torna visível e registrado muitas das idiossincrasias - motoras, afetivas, emocionais, cognitivas- dos usuários (SANTAELLA, 2010). A loucura, a violência, a desestrutura familiar, as questões de gênero e as diferenças de fé religiosa sempre existiram, só que agora com o celular há a possibilidade do registro, do compartilhamento em rede e da evidência imediata. Os desdobramentos dos casos de compartilhamento de imagens como nu frontal de uma estudante ou convite para uma briga na porta da escola (relatos das diretoras) entre outros casos de comportamento foram freqüentes no depoimento para justificar a proibição do aparelho. O chamamento de atenção dos pais, o encaminhamento para o conselho tutelar e até mesmo o pedido de socorro para a polícia civil foram as soluções encontradas para "disciplinar" os usos do celular na escola.

Embora uma diretora tenha dito acreditar que o que falta é a "conscientização para o uso, já que não conseguimos controlar a não presença do aparelho na escola" nenhuma das

entrevistadas citou a criação de palestras, debates ou espaços de esclarecimentos, de conversação sobre as questões que estão emergindo dos usos deste aparelho na escola. Um diálogo que tentasse conscientizar sobre as conseqüências dos tipos de registro e de compartilhamento que os estudantes fazem. Pelos primeiros contatos iniciais com estas diretoras, as questões de comportamento sobressaíram ante as possibilidades de uso com intencionalidade pedagógica. Pareceu-nos que a proibição ante ao uso do celular está ligada à responsabilidade da gestão sobre o que acontece neste espaço formal público, a quais repercussões certos conteúdos podem trazer para a imagem daquela instituição educativa e a satisfação devida aos pais sobre o que fazem (aluno que pratica a ação comunicativa de compartilhar) e o que sofrem (alunos que são vítimas do conteúdo compartilhado) seus filhos quando sob a tutela desta instituição.

Roubo, furto, tráfico de drogas, prostituição, fotos sensuais foram frequentes nas reclamações quanto aos usos do celular e da internet na escola. Como disse Lúcia Santaella (2010) as idiossincrasias humanas registradas, compartilhadas e reveladas instantaneamente, talvez, seja o desafio maior da era da mobilidade. A humanidade tem em mãos um instrumento de registro e compartilhamento com potencial de divulgação mundial. Os interesses de cada um, sejam bons ou más, as loucuras, a violência, a má fé, a não aceitação das diferenças dos outros sejam em relação a fé, a conceitos políticos, a gosto musical, qualquer diferença é destacada. Um instrumento poderoso de comunicação gerando a não comunicação.

O esforço para compreender o outro, ou ao menos para coabitar com ele, torna-se quase inversamente proporcional à facilidade com que se trocam mensagens com ele. Na ponta dos canais e das redes, encontramos frequentemente a incompreensão, para não dizer a incomunicação (Wolton, 2006, p.19)

Neste contato inicial, também não pudemos deixar de registrar uma ambivalência entre os papéis de gestora e mãe, apresentados pelas entrevistadas. Enquanto, gestora se posicionou contra a presença do celular na escola, entretanto, as sete diretoras, quando se colocaram na posição de mãe, disseram ser imprescindível que seus filhos levem seus celulares, pois elas precisam saber aonde encontrá-los, o que estão fazendo, enfim, monitorá-los. E elas estenderam estas preocupações às professoras. Uma diretora contou que a maioria dos profissionais de educação que trabalha naquela unidade escolar, são mulheres casadas e com filhos pequenos. “Elas precisam saber sobre suas crianças para trabalharem com tranquilidade. Então é permitido que levem seus celulares para a sala de aula, desde que atendam somente em casos de emergência e que o façam fora da sala”. Esta percepção encontra eco na análise de Dominique Wolton (2006) sobre o telefone celular simbolizar a onipresença do outro. Com o celular próximo, é como se o contato com o filho estivesse sempre ali com ela, o aparelho representa a possibilidade de saber notícias do filho em qualquer lugar, a qualquer hora. Wolton (2006, p. 13) observa que hoje todo mundo quer comunicar e ter acesso às ferramentas mais performáticas; todo mundo quer experimentar essa busca do outro que a comunicação significa em primeiro plano. E ainda: “O essencial do telefone não está no

fato de ser uma minimáquina fotográfica, tampouco um minicomputador, mas no fato de permitir simplesmente falar de qualquer lugar em qualquer situação”. (WOLTON, 2006, p.28).

Quanto mais as técnicas permitem a expressão, mais evidente é a questão das diferenças do outro – étnicas, sexuais, religiosas, culturais e estéticas. Os outros, os receptores da mensagem, estão hoje mais presentes, mas também mais diferentes e exigentes em suas identidades, estilos, vocabulários. Por isso, a comunicação traz consigo um duplo desafio: aceitar o outro e defender sua identidade própria (WOLTON, p.14). Seria preciso levar em conta o universo cultural e identitário dos comunicadores desta nova esfera conversacional, neste caso, os estudantes e os usos das tecnologias que portam consigo, e isto pode ser válido na comunicação que acontece nos processos educativos, especialmente, nos escolares.

Metodologia

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa do tipo "estudos multicase" uma vez que trata-se da observação em duas escolas de ensino médio e duas escolas de ensino fundamental. O estudo qualitativo é aquele que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

No caso do objeto desta pesquisa tratar-se de uma tecnologia proibida por leis e nos regimentos escolares, achamos prudente utilizar como critério para definição das escolas a autorização das gestões municipais e estaduais no desenvolvimento deste trabalho e o aceite da direção da escola. Desta forma, a primeira etapa da pesquisa constitui-se em apresentar o presente trabalho e seus objetivos às coordenações municipais e estaduais de ensino. Realizamos visitas oficiais a estas coordenações e encaminhamos ofícios para Secretária Municipal de Educação e Subsecretária Estadual de Educação. De posse do aceite oficial, começamos a visita às escolas para apresentar a proposta às diretoras de cinco escolas municipais e duas estaduais. Três escolas municipais não tiveram interesse de que este tema fosse pesquisado em suas unidades, diante disto, desenvolveremos o presente trabalho apenas nas escolas em que as gestões das duas unidades escolares municipais aceitaram a realização deste estudo. Concluída a fase exploratória e tendo as unidades escolares definidas, iniciaremos a etapa de observação in loco. As observações serão em diferentes situações dentro da escola: entrada e saída dos estudantes, na hora do recreio, em situações de sala de aula, de reuniões, de merenda, entre outras que surgirem no dia a dia da pesquisa.

Conclusão

Para David Buckingham (2000), os dilemas do *acesso* e *controle* estão se tornando cada vez mais agudos em consequência das novas tecnologias e da proliferação global das mídias eletrônicas. “Os clamores por mais controle emergem renovados precisamente porque a possibilidade de controle marcha a passos firmes para o desaparecimento” (BUCKINGHAM, 2000, p.31). Seria preciso agora prestar muito mais atenção em como preparar as crianças para lidar com o acesso e às suas experiências com as mídias eletrônicas pois, para o autor, tentar “proteger” as crianças restringindo o acesso a estas mídias está fadado ao fracasso.

É o que pudemos observar, nesta fase inicial de pesquisa. Apenas instituir uma lei ou uma proibição no regimento escolar, sem apresentar uma reflexão sobre os usos parece não estar funcionando. Os sujeitos da escola continuam levando seus celulares para a escola. A presença desta tecnologia e seu campo livre de compartilhamento de informações "não controláveis" foi destacado como um tormento por estas gestoras que têm sob sua tutela a gerência da educação formal e pública. É possível exigir de uma diretora de escola que tem sob sua responsabilidade um número considerável de estudantes que aprenda a lidar com um instrumento incontrolável? Uma ferramenta de comunicação que permite o contato constante e personalizado com outras pessoas é possível garantir que apenas um uso direcionado aconteça na escola? Alguém controla a falta de bom senso ou a repercussão das idiossincrasias humanas? Por outro lado, esta não é uma questão do nosso tempo? A escola não deveria ser uma esfera conversacional?

Pensamos que, para preparar pessoas para lidar com as novas questões que os usos do celular tem provocado, é preciso antes de tudo, reconhecer o problema e o objeto do problema. Proibir, “recolher” ou simplesmente ignorar a existência desta mídia no ambiente escolar não parece estar ajudando muito. Entre a proibição e a apropriação está a reflexão, o diálogo entre os pares e não somente com a polícia ou com ministério público ou com o conselho tutelar. Penso que deveria acontecer uma reflexão ampla, envolvendo todos os agentes escolares, discutindo, reconhecendo e exigindo as responsabilidades devidas sobre os casos de super exposição, seja da sexualidade, seja da violência ou da prevenção ao uso das drogas, analisando e conscientizando a todos sobre as responsabilidades que são implicadas no mal uso desta tecnologia. A tarefa não é fácil.

Referências

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. Tradução Gilka Girardello, Isabel Orofino. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

Comitê Gestor da Internet no Brasil: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil : TIC Domicílios e TIC Empresas. Coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa; tradução. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://www.cetic.br/publicacoes/>>. Capturado em 18 de abril de 2012.

LEMOS, André. Nova esfera Conversacional, in Dimas A. Künsch, D.A, da Silveira, S.A., et al, **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2009, pp. 9 – 30. Disponível em < <http://andrelemos.info/artigos/conversacao.pdf>>. Capturado em 21 de maio de 2012.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

SANTAELLA, Lúcia. A aprendizagem ubíqua substitui a aprendizagem formal? **Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP** FCET/PUC-SP . Volume II, nº1, 2010. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/view/3852/2515>>. Capturado em 21 de maio de 2012.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.